



PRPG | Pré-Reitoria de Pós-Graduação
PIBIC/CNPq/UFPG-2009

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEMIÁRIDO: CONVIVÊNCIA, AUTONOMIA E SUSTENTABILIDADE

Almair Moraes de Sá¹, Maria Lucinete Fortunato², Mariana Moreira Neto³

RESUMO

Este trabalho analisa instituições da sociedade civil e órgãos governamentais que desenvolvem ações direcionadas para o Semiárido Brasileiro com vistas à convivência e ao desenvolvimento sustentável, buscando apreender como tais instituições consideram os diferenciais de poder/saber que definem a participação nas tomadas de decisões e na implementação das políticas públicas. Neste sentido, problematiza-se o processo de produção e socialização de conhecimentos e saberes nessa região, e como tais instituições se articulam e contribuem para: o debate acerca da elaboração, execução e gestão das políticas públicas para estas áreas; consolidar ações pautadas na ideia da convivência e do desenvolvimento local sustentável; possibilitar a redefinição das condições sócio-culturais, políticas e econômicas desta região. A relevância acadêmica e social da pesquisa encontra respaldo na sistematização de saberes que, articulados, poderão contribuir para o debate sobre convivência e autonomia no Semiárido. O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa documental e teórica. Trabalhou-se com análise de discurso. Os resultados explicitam que o discurso da convivência está entrelaçado a um diálogo conflituoso entre discursos, com outros olhares que, muitas vezes, acabam restringindo suas fronteiras, intervindo em suas ações e dificultando a adesão à sua institucionalização.

Palavras-chave: poder, saber, sustentabilidade

PUBLIC POLICIES FOR SEMIARID: COEXISTENCE, AUTONOMY AND SUSTAINABILITY

ABSTRACT

This study examines institutions of civil society and government actions that are directed to Brazilian semiarid with a view to living and sustainable development, seeking to discover how these institutions consider the difference of power / knowledge that define participation in decision making and implementation at the public policy. In this sense, it presents the process of production and socialization of knowledge and wisdom in this region, and how these institutions are linked and contribute to: the debate about the preparation, implementation and management of public policies for these areas; consolidate actions based on the idea of living and sustainable local development, to enable the redefinition of the socio-cultural, political and economic of the region. The academic and social relevance from the research is supported in the systematization of knowledge that, articulated, may contribute to the debate on independence and coexistence in semiarid. The study was conducted through documents research and theoretical. We have worked with analysis of speech. The results explain that the speech is intertwined lives of a dialogue between conflicting discourses, with other eyes, which often end up restricting their borders, intervened in their actions and making it difficult to accede to their institutionalization.

Keywords: power, knowledge, sustainability

¹ Aluno do Curso de Licenciatura em História, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, UFPG, Campus de Cajazeiras, PB, E-mail: almairms@hotmail.com

² Historiadora, Professora. Doutora, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, UFPG, Campus de Cajazeiras, PB, E-mail: mlucinete@uol.com.br

³ Socióloga, Professora. Doutoranda, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, UFPG, Campus de Cajazeiras, PB, E-mail: moreiramariana@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa “Convivência com o Semiárido na Paraíba: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável” problematiza como as instituições governamentais e não governamentais do Estado da Paraíba, sobretudo do Alto Sertão Paraibano participam da elaboração, execução e gestão das políticas públicas direcionadas para o Semiárido.

A mudança que vem se operando no Semiárido Brasileiro, com o deslocamento do discurso do combate à seca para a concepção de convivência, vem instituindo um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é *ser Semiárido*. A ideia da convivência como contraponto ao descaso histórico para com o Semiárido Brasileiro, por exemplo, baseia-se em evidências que coloca a região como espaço de tematizações pertinentes sobre o ecossistema caatinga, suas diversidades e sobre as possibilidades de um desenvolvimento sustentável. Mudança que, se assentando em enunciados como o da convivência, possibilita a (re)elaboração de novas perspectivas de identificação e caracterização do sertão.

Durante muito tempo a imagem que se veiculou do Semiárido foi a de uma região seca, provida de hostilidades, com condições naturais que limitam ou extinguem as possibilidades de se ter uma vida de boa qualidade, incapaz de progredir ou de acompanhar o ritmo de crescimento de outras regiões do Brasil; uma terra de pobres e miseráveis que vivem distante das inovações tecnológicas do mundo moderno.

A ideia de um Nordeste seco e inviável serviu em grande escala para aumentar a distância social e econômica entre essa região e o Centro-Sul do país. Ademais, aqueles que se sobressaíam dentro das relações de poder existentes nessa sociedade apropriavam-se desse discurso, realizando ações e manobras políticas a fim de lucrar com as medidas governamentais destinadas ao combate à seca.

As políticas públicas destinadas à região pautavam-se na lógica de que a seca exigia medidas de combate e de que a miséria era gerada por ela; assim, enquanto não se acabasse com as secas, não haveria como resolver os problemas aos quais a região era condenada. Boa parte das verbas e ações... foi desviada e/ou beneficiou tão somente os grandes e médios empresários da região. (SOUZA: 2005, p.21)

Os períodos de seca nessa região durante muito tempo serviram como instrumento de manipulação dos recursos federais, por uma pequena parcela da população privilegiada no âmbito da política e eminente dentro das relações sociais e de poder, cujo afã maior nesse contexto era garantir que seus interesses particulares fossem atendidos – o que evidencia a insensibilidade e a apatia dessa minoria face à situação alarmante em que vivia a grande parte da população do Semiárido. E foi assim que a chamada indústria da seca⁴ foi ganhando impulso. Para aqueles que detinham prestígio e participação junto ao poder político nunca interessou que as famílias se tornassem autônomas. Por isso:

As políticas governamentais sempre foram acionadas a partir das necessidades extremas da população nos períodos de seca, mas sempre foram comandadas pelas elites regionais que controlavam a situação. Tanto a distribuição de cestas básicas, como a distribuição de água e a organização de frentes de trabalho foram controladas pelas elites e serviram para aumentar sua riqueza e seu domínio sobre a população (ÁGUA DE CHUVA: O Segredo da convivência com o Semiárido brasileiro, 2001, p.14 – 15).

Nessa perspectiva, os problemas do Nordeste eram considerados como consequência das secas ou estavam intimamente ligados a elas. Devido a essa compreensão, foram criados alguns órgãos governamentais com o objetivo de empreender e administrar as ações de combate ao fenômeno da seca, como o IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca) em 1919, e subsequentemente o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), criado em 1945, e, num momento mais recente, a SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), criada em 1959.

Esses órgãos enveredaram pela elaboração de estratégias assistencialistas, muitas das quais fomentaram o chamado “clientelismo”. Posteriormente, começaram a surgir organizações não-governamentais que passaram a difundir uma nova concepção que se opunha à ideia de combate à seca. A nova ideia que emergia era de “Convivência com o Semiárido”. Dentre essas entidades podemos citar, por exemplo, o IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada)⁵ que se constituiu como entidade em 1990.

Partindo do pressuposto de que a seca é um fenômeno da natureza, e, portanto impossível de ser evitada pelos homens e considerando que ela não era o único problema da região, essas novas organizações direcionaram suas metas de ação para o início de um processo de conscientização das

⁴ “Em vez de lutar por políticas públicas adequadas a um desenvolvimento favorável a todas as pessoas, a seca serviu como moeda de troca das elites. Com isso, os períodos de seca se transformaram em oportunidades de maior enriquecimento e domínio sobre a população” (ÁGUA DE CHUVA: O segredo da convivência com o Semiárido brasileiro, 2001, p.14).

⁵ De início as ações desenvolvidas pelo IRPAA se restringiram a orientação de lavradores e produtores de gêneros agrícolas de algumas comunidades rurais. Depois, percebeu-se que a tarefa de concretizar a ideia de convivência com o Semiárido é uma responsabilidade de todos os indivíduos e que, portanto, as medidas de conscientização e incentivo deveriam chegar a todas as pessoas, das crianças aos mais velhos.

peças acerca de sua própria realidade e para a busca de alternativas que tornassem possível o princípio da convivência com o meio; rompendo, assim, com a concepção de Semiárido que havia se formado e veiculando a ideia de que é possível sobreviver dignamente nessa região:

Era o início de um novo diálogo com o povo que produzia mais esperança e sonhos nas comunidades. Um discurso que tinha como objetivo retomar a confiança e credibilidade das pessoas em si próprias, fazendo-as perceber que era possível achar saídas, sem precisarem migrar para outras regiões. O Nordeste é viável! (SOUZA: 2005, p.22)

A partir dessa nova percepção da problemática da convivência o espaço escolar, por exemplo, ganhou destaque no cerne das discussões sobre o assunto. Passou-se a enxergá-lo como o lugar ideal para a produção de um novo saber que pudesse contribuir significativamente para a formação social e política das pessoas e para a melhoria das suas condições de vida. Para tanto muitas mudanças precisariam ser empreendidas, principalmente no âmbito da estrutura curricular e das práticas pedagógicas.

Era preciso estender a ideia para mais pessoas e a escola era o lugar ideal, pois é lá onde se tem acesso a diversos tipos de conhecimentos que podem possibilitar uma intervenção intencional e organizada na sociedade. Além disso, as comunidades, que já estavam envolvidas no processo, denunciaram naturalmente a distância entre o que vinham discutindo e o que a escola estava 'ensinando'. (SOUZA: 2005, p.23)

Tais pressupostos subsidiaram esta pesquisa que buscou investigar como instituições públicas, ONGs e outras entidades que desenvolvem ações direcionadas para o Semiárido se articulam e contribuem com o debate e com a participação política dos habitantes do Alto Sertão na elaboração, execução e gestão das políticas públicas para estas áreas, desde a década de 1990; até que ponto essas instituições consideram os diferenciais de poder/saber que definem a participação nas tomadas de decisões e na implementação dessas políticas e problematizam o processo de produção e socialização de conhecimentos e saberes nessa região.

A relevância deste projeto encontra respaldo no fato de que compreender essas questões revela-se como fundamental para a construção de sujeitos políticos autônomos. Neste sentido, enfatiza-se a importância do protagonismo dos habitantes do Semiárido, do respeito às especificidades, da convivência com a diversidade e as múltiplas subjetividades.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A convivência com o Semiárido se situa na dinâmica de uma compreensão que redimensiona o lugar dos sujeitos e das imagens elaboradas sobre estes e sobre o ambiente. Compreensão que começou a ser elaborada no início dos anos 1990, quando trabalhadores rurais e urbanos, através de suas organizações (federações estaduais, sindicatos, igrejas, associações, cooperativas de pequenos produtores e ONG's de assessoria e apoio) começaram a contestar o modelo de intervenção governamental, propondo soluções a partir de outra forma de compreensão da vivência no Semiárido.

Motivados por uma conjuntura política e social provocada por novas secas, centenas de trabalhadores reivindicaram ações governamentais de caráter permanente, através de um programa de ação estratégica para o desenvolvimento da região, com vistas a desestruturar e abandonar definitivamente o que consideravam como "*as práticas assistencialistas e clientelistas das oligarquias locais*" e apresentar, por outro caminho, uma reversão do quadro de miséria, abandono e humilhação que afligia milhões de pessoas que habitavam o Semiárido. A lógica deste discurso se assentou na compreensão de que

(...) a convivência do homem com a semi-aridez pode ser assegurada. O que está faltando, são medidas de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas, gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública – para corrigir as distorções estruturais seculares, responsáveis pela perpetuação da miséria e da pobreza no meio rural. (FÓRUM NORDESTE, 1993, p. 05).

O debate sobre a convivência com o Semiárido tem como um dos seus principais pressupostos a sustentabilidade, ancorada em práticas e alternativas de desenvolvimento harmonioso e integrado das esferas econômica, política e social e no protagonismo dos seus habitantes. Tal pressuposto é referenciado como essencial para a (re)elaboração de relações de poder-saber que, deslocando-se do tradicional discurso da dependência, gestem novas possibilidades para este "território", ancoradas na reflexão de questões como respeito à diversidade, solidariedade, coletividade, articulação em redes, autogestão, sustentabilidade etc.

Além desses enunciados serem apropriados por segmentos das mais variadas tendências e credos políticos e ideológicos, a ideia de desenvolvimento sustentável tem sido relativamente mais utilizada, defendida e difusamente definida por setores como ONGs, órgãos governamentais, agências multilaterais e empresários que transitam mais ativamente neste território. Na arena das ciências sociais uma definição mais precisa e consensual sobre a questão ainda não está elaborada de forma sistemática. Múltiplas

posturas se perfilam neste debate. Cada uma traz, nas entrelinhas, enunciados, posições ideológicas e concepções de mundo específicos.

Entre os elementos que configuram uma proposta de desenvolvimento sustentável, pode-se citar: a manutenção, em longo prazo, dos recursos naturais e da produção agrícola; a redução e eliminação dos impactos negativos da atividade produtiva sobre o meio ambiente; a relação de convivência com as especificidades climáticas regionais; a valorização econômica e política dos agricultores; o atendimento satisfatório das necessidades humanas de alimento e renda e o atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades residentes no Semiárido. Tais elementos se sintonizam, sobretudo, com a agricultura familiar – modalidade de organização produtiva que caracteriza uma considerável parcela da população – cujas prioridades devem ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade e articuladas levando em consideração as diferentes formas de organização e de demandas do conjunto da sociedade e das comunidades locais. Também é imperativo que o debate sobre autonomia seja considerado como outro enunciado que subsidia a discussão do grau e das formas de “integração dos excluídos” às relações econômicas, sócio-culturais e de poder.

No entanto,

(...) o próprio processo de desenvolvimento contemporâneo vive e convive, funcional e alternativamente, com a contradição existente entre a sustentabilidade da dimensão econômica globalizada do desenvolvimento contemporâneo e a luta pela sustentabilidade da dimensão humana e natural do desenvolvimento, presente e futuro (BECKER, 2002, p.20).

Diante deste paradoxo, tensões e contradições constituintes do desenvolvimento das formas de compreender o mundo se apresentam como possibilidades de mudança, desde que trabalhadas de forma sistemática. De acordo com essa compreensão, faz-se necessário aprofundar o debate e a troca de experiências entre os diversos setores da sociedade civil e as múltiplas forças sociais, políticas e culturais presentes no Semiárido, problematizando: a organização e a participação política dos habitantes, a importância de seus protagonismos para a elaboração e a execução de políticas públicas que repercutam na melhoria de condições de vida e de trabalho e na construção de novos saberes e de novas práticas. Isso implica o repensar das formas de produção e a (re)definição das políticas públicas para o Semiárido, avaliando a inserção do enunciado da convivência a partir de uma lógica que considere

(...) que não há mais um nordeste, mas sim, nordestes, e que nessa nova conformação, o Semiárido não pode mais ficar enquanto reduto da pobreza nordestina e brasileira. Ele é potencial, é competitivo, solidário e possui, antes de tudo, uma identidade cultural comum que o faz único (CARVALHO, 2004, p. 21).

Nestes termos, a elaboração, execução e gestão de políticas públicas envolvem respaldo jurídico, vivência democrática e atuação política da sociedade. Entre as diversas políticas públicas, a política social é uma modalidade que se expressa através de um conjunto de princípios, diretrizes, objetivos e normas de caráter permanente e abrangente, que orientam a atuação do poder público em uma determinada área. No entanto, a elaboração e/ou definição dessas normas depende das táticas e estratégias políticas que consolidam as relações de poder entre a sociedade civil organizada e o poder público. Assim, o nível de inferência das políticas públicas direcionadas para o Semiárido, possui uma relação direta com a mobilização e a potencialidade da ação política dos sujeitos diretamente relacionados. Nesse processo, a relação com o desenvolvimento sustentável, seja no urbano ou no rural, seja na área irrigada, seja na área de sequeiro etc., deverá extrapolar o conhecimento e os saberes locais.

A mudança de discurso que se percebe com o redirecionamento de concepções para a promoção da cultura de convivência confirma claramente a afirmação de Foucault, quando diz: “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT: 1999, p.10).

De acordo com Foucault (1999), buscou-se compreender os discursos veiculados nos documentos pesquisados como uma prática que provém da formação de saberes, como um espaço em que poder e saber se articulam para construir subjetivações sócio-culturais e criar identidades. Procurou-se aprofundar esses discursos em seu poder de afirmação, de construção de domínios de objetos e de codificação de correlações de forças; como pontos de interseção entre saber e poder.

Os discursos se inserem num conjunto de processos dinâmicos de cunho histórico e social que contribuem significativamente para que os sujeitos sociais construam-no e, ao mesmo tempo, sejam influenciados por ele no seu pensar e agir. Por isso, não se pode afirmar que eles se encontrem prontos, acabados em si mesmos. Eles permanecem numa dinâmica constante de (re)construção e desconstrução, sendo sustentados ou administrados por um corpo social intimamente ligado ao campo dominante dentro das relações de poder e de saber existentes.

Em todo tempo, existem aqueles – sejam pessoas sejam instituições – que efetivamente sustentam discursos e cujas palavras incidem com mais força sobre as outras pessoas a ponto de se tornarem um ideal coletivo ou uma nova regra em meio às regras já existentes. Portanto, no que concerne à luta pela concretização do projeto de convivência, não se trata apenas de negar as concepções passadas – que

ainda pairam sobre o tempo presente (neste caso, a ideia de combate à seca) – por meio da instituição de novos saberes e dizeres sobre o Semiárido Brasileiro, mas de se impor não como fronteira, e sim como horizonte, como caminho alternativo e mais viável, como discurso eminente dentro da sociedade. Por isso, é importante que se perceba o que está para além do que fora dito, as intenções que as palavras carregam consigo, os sentimentos que elas suscitam nas pessoas, o embate entre o real e o simbólico (Cf. ORLANDI, 2005, p.18). Afinal, as palavras valem por aquilo que elas representam dentro de uma determinada realidade.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do estudo, foram realizadas reuniões sistemáticas, entre o bolsista e as professoras orientadoras, para planejamento, execução e avaliação das atividades da pesquisa. Foram realizadas leituras, discussões teóricas e coleta de dados. No que concerne à organização e análise dos dados, trabalhou-se com análise de discurso.

No que diz respeito aos instrumentos de coleta, organização e análise de dados, as atividades que compuseram toda a fase exploratória (questões operacionais e teórico-metodológicas) foram desenvolvidas de acordo com o seguinte percurso:

A fase exploratória foi desenvolvida por meio de leituras teórico-metodológicas e reflexões conjuntas, teóricas e críticas, sobre questões relacionadas à análise de discurso que orientaram a compreensão dos discursos veiculados nos documentos pesquisados. Estas atividades foram realizadas de forma sistemática, durante todo o percurso da pesquisa. Foram selecionados e discutidos textos que abordam as questões relacionadas à análise de discurso e a contribuição desta para o entendimento dos discursos que se encontram materializados nos textos e, de modo geral, no campo da linguagem, produzindo sentidos e revelando a posição que ocupam os sujeitos sociais nas relações de poder/saber.

Os textos teóricos selecionados e discutidos foram os seguintes:

1. DANTAS, Aloísio de Medeiros. *Sobressaltos do Discurso: algumas aproximações da análise de discurso*. (2007).
2. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1999.
3. GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. (2006)
4. MAZIÈRE, Francine. *A Análise do Discurso: história e práticas*. (2007)
5. ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. (1996)
6. ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso*. (2006)

Dois aspectos considerados fundamentais orientaram o levantamento de dados, nas instituições da sociedade civil e nas organizações governamentais, considerando sempre a interface entre ações e políticas desenvolvidas e a relação com a convivência com o Semiárido. O primeiro aspecto se refere à dimensão da participação da sociedade civil na elaboração, execução e gestão das ações e políticas. O outro aspecto, diz respeito às interferências e alterações que estas ações e políticas promovem na realidade do Semiárido, sobretudo no que se refere à sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Foram realizadas pesquisas documentais nas seguintes instituições:

- ✓ Comissão Pastoral da Terra - CPT/Sertão;
- ✓ Cáritas – Programa de Ação Social de Políticas Públicas da Diocese de Cajazeiras - PASPP;
- ✓ Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano - CAAASP;
- ✓ Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB;
- ✓ Articulação do Semiárido – ASA;
- ✓ Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida – STRA;
- ✓ Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- ✓ Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Paraíba e do Município de Cajazeiras;
- ✓ Secretaria de Agricultura do Município de Cajazeiras;
- ✓ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba – EMATER/PB.

As pesquisas tiveram por base textos referentes à temática, além de relatórios, atas de reuniões, folders, informativos, decretos e leis que referenciam a atuação das instituições pesquisadas na região em questão.

Partimos do pressuposto de que é preciso problematizar, aprofundar e apreender como as ações (projetos, programas etc.) desenvolvidas pelas instituições públicas, pelas ONGs e por outras instituições pesquisadas contribuem com a elaboração, execução e gestão de políticas públicas de convivência com o Semiárido, no âmbito do desenvolvimento local sustentável e da autonomia, possibilitando redefinições nas condições sócio-culturais, políticas e econômicas do Alto Sertão Paraibano; e até que ponto elas consideram questões como:

- acesso e uso dos recursos naturais, como sementes, água etc., através de ações de apoio e fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária;

- elaboração e execução de programas e instrumentos para a geração de trabalho e renda que potencializem o protagonismo dos diversos setores da sociedade civil nos espaços e nas políticas públicas;
- programas de promoção da qualidade de vida das populações urbanas, na perspectiva da convivência e da sustentabilidade;
- acesso aos alimentos e educação para o consumo alimentar através de ações de preservação da cultura alimentar, da alimentação e da promoção de modelos de vida saudáveis;
- elaboração e execução de programas e ações de manejo e uso sustentável dos recursos naturais e do ecossistema, através do bioma caatinga.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise e sistematização dos dados coletados foi realizada levando-se em consideração as ações desenvolvidas por instituições da sociedade civil e organizações governamentais no Alto Sertão Paraibano visando a construção de uma relação de convivência com o Semiárido e a promoção do desenvolvimento sustentável e do protagonismo social. Os resultados alcançados foram os seguintes:

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO (ASA)

A Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) é uma organização não-governamental que, desde 1999, vem empreendendo ações pautadas na ideia de convivência com o Semiárido, visando o desenvolvimento social, econômico, político e cultural da região. Para tanto, a ASA conta com o apoio de outras organizações da sociedade civil⁶ e do próprio poder público, de modo que as práticas elaboradas ganhem força e possam estar ao alcance dos milhões de brasileiros que ocupam a vasta região do Semiárido, sobretudo aqueles que vivem em precárias condições de vida, com dificuldade de acesso à água potável e à terra para produzir.

A ASA parte do princípio de que é imprescindível que a relação homem/natureza no Semiárido tenha como fundamento a ideia de convivência. E isso, necessariamente, implica no aproveitamento dos recursos naturais da região de forma esmerada e sustentável. Assim, se os recursos naturais disponíveis forem bem gerenciados, poderão incidir sobre as condições socioeconômicas das pessoas, seja garantindo-lhes o acesso a estes recursos para uma sobrevivência mais digna e mais saudável, seja oferecendo-lhes maiores possibilidades de produção material voltada para o mercado de consumo.

Todas as ações desenvolvidas pela ASA estão fundamentadas na “Declaração do Semiárido”, um documento apresentado em 26 de novembro de 1999 na COP-3 – a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação –, realizada em Recife-PE (Brasil), que sintetiza as percepções dos grupos participantes da ASA em torno do Semiárido. O conjunto de princípios norteadores do trabalho empreendido pela ASA presente nessa declaração demonstra que o caminho para um contexto de sustentabilidade social e econômica no Semiárido Brasileiro deve passar por uma irrupção de medidas de inclusão social e gerenciamento de recursos públicos e pela aquisição de novas percepções sobre a região.

Dentro das propostas para a convivência com o Semiárido é significativo destacar:

- a conscientização de que o Semiárido é viável tendo em vista a grande diversidade da região, o que suscita a substituição das políticas públicas de combate à seca pelas políticas públicas de convivência com a região;
- a convivência com as secas e a minimização de seus efeitos por meio do fortalecimento da agricultura familiar, da garantia da segurança alimentar da região, do uso de tecnologias e metodologias adaptadas ao Semiárido e à sua população, da articulação entre produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico adaptado às realidades locais, e do acesso ao crédito e aos canais de comercialização.
- a orientação dos investimentos no sentido da sustentabilidade com a descentralização das políticas e dos recursos, a priorização de ações em infra-estrutura social (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer, transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados.
- o fortalecimento da sociedade civil com o reforço do processo de organização dos atores sociais, a realização de importantes mudanças educacionais, prioritariamente no meio rural, a fim de ampliar o capital humano, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a criação de um programa de geração e difusão de informações e conhecimentos, que facilite a compreensão sobre o Semiárido e atrevesse toda a sociedade brasileira.

⁶ “Atualmente, mais de 700 entidades dos mais diversos segmentos, como igrejas católicas e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, fazem parte da ASA.” In: <http://www.asabrasil.org.br>

- a inclusão de mulheres e jovens no processo de desenvolvimento social e econômico possibilitando a capacitação destes para participarem de conselhos de políticas públicas e garantindo que as mulheres sejam elegíveis como beneficiárias diretas das ações de Reforma Agrária e titularidade de terra e tenham acesso aos programas de crédito agrícola e pecuário.
- a preservação, reabilitação e manejo dos recursos naturais existentes por meio da realização de um zoneamento sócio-ambiental, da implementação de um programa de reflorestamento, da criação de um Plano de Gestão das Águas para o Semiárido, do combate à desertificação e a divulgação de formas de convivência com o Semiárido através de campanhas de educação e mobilização ambiental; do incentivo à agropecuária que demonstre sustentabilidade ambiental, da proteção e ampliação de unidades de conservação e a recuperação de mananciais e áreas degradadas. da fiscalização rigorosa do desmatamento, extração de terra e areias, e do uso de agrotóxicos.
- o financiamento do programa de convivência com o semiárido..

Estas propostas objetivam viabilizar o combate às práticas assistencialistas, apontam para a desconstrução das imagens redutoras de um Semiárido castigado pelas secas e evidenciam o Semiárido que a ASA e seus parceiros vêm tentando construir. Das ações empreendidas pela ASA, no âmbito do desenvolvimento sustentável e da autonomia, destacam-se o P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas)⁷, iniciado em 2003, e o P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas)⁸, cujas primeiras experiências começaram em 2007 – ambos já mapeados e analisados na vigência 2007/2008 deste projeto. Com essas experiências, a ASA vem tentando possibilitar aos habitantes do Semiárido Brasileiro, sobretudo aqueles mais carentes, o acesso à água para o consumo familiar e para a produção de alimentos através da utilização sustentável da terra e do manejo adequado dos recursos hídricos existentes, a fim de promover a segurança alimentar e a geração de renda. Indubitavelmente este foi um grande passo dado pela ASA no sentido de fazer valer algumas das disposições contidas na Declaração do Semiárido apresentada em 1999. Percebe-se que esses programas envolvem e mobilizam a sociedade civil, estimulam o protagonismo das pessoas, e contemplam momentos de formação destas para a convivência com o Semiárido.

Mas, quase uma década depois de escrita a Declaração do Semiárido e de iniciada a atuação da ASA no Semiárido Brasileiro, verifica-se que muitas das moções ensejadas ainda continuam sendo metas a serem alcançadas. Nem todos os objetivos puderam ser concretizados. Isso pode ser explicado, em parte, quando se leva em consideração algumas questões. Ao se articular com diversos segmentos da sociedade (igrejas católicas e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais) – que nem sempre possuem os mesmos anseios e ideologias ou comungam da mesma forma de encarar a realidade – a atuação da ASA esbarra em desconcompassos de ideias e em discordâncias que perpassam as relações estabelecidas entre esses organismos sociais⁹, o que acaba embargando suas ações ou fazendo com que elas sejam executadas com lentidão.

Essa constatação demonstra que um dos impasses enfrentados nas ações que vislumbram o desenvolvimento sustentável, sejam as desenvolvidas por ONGs ou pelo poder público, está na relação entre a diversidade ambiental e sócio-cultural do Semiárido e a tendência à uniformização das políticas propostas para a convivência, uma vez que o Semiárido é um território de grandes dimensões, cerca de 920.000 km² onde vivem centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis. Só para exemplificar, pode-se citar: a dificuldade encontrada pela ASA nas relações estabelecidas com a sociedade civil no que se refere aos processos de legitimação do discurso da convivência e a repercussão, aceitação e legitimação desse discurso junto aos habitantes dessa região. Tais discursos se deparam com alguns mecanismos de resistência – muitos dos quais justificados por questões de ordem cultural. Não deixam de existir aqueles que rechaçam a ideia de abandonar determinadas práticas, como o uso de agrotóxico nas plantações, o desmatamento desregrado para produção de carvão de origem vegetal e as queimadas realizadas com o intuito de preparar a terra para o plantio - todas consideradas na ótica da convivência como práticas que degradam o meio ambiente. Isso evidencia que existe uma nítida fragilidade na adesão dos sujeitos sociais ao discurso da convivência e, conseqüentemente, à sua institucionalização.

⁷ Com esse programa, segundo dados da ASA BRASIL, até 21/11/2008, 1.031 municípios do Semiárido Brasileiro já foram atendidos, com a construção de 235.860 cisternas de placas para captação de água da chuva. 249.632 famílias foram mobilizadas, 228.687 famílias receberam capacitação em gerenciamento de recursos hídricos, 5.706 pedreiros executores foram capacitados. (ASA: 2009, s/p).

⁸ “Em janeiro de 2007, o P1+2 iniciou sua fase demonstrativa, na qual pretende uma maior interação entre as experiências de manejo produtivo e sustentável da terra e dos recursos hídricos. De maneira participativa, a ideia é desencadear um processo de mapeamento, intercâmbio, sistematização e implementação de experiências. As atividades propostas para fase demonstrativa do P1+2 atingirão diretamente 96 comunidades de 10 estados (AL, BA, CE, MA, MG, PB, PE, PI, RN, SE), onde serão construídas 144 tecnologias de captação de água de chuva para a produção de alimentos. Essas tecnologias, também conhecidas por implementações ou experiências, beneficiarão 818 famílias. Os resultados esperados dessa fase servirão como base para, em fases subseqüentes, implantar o Programa 1 + 2 numa escala maior.”. (ASA: 2009, s/p).

⁹ É preciso considerar aqui que esses desconcompassos muitas vezes revelam os posicionamentos divergentes que essas instituições mantêm fora da ASA e que, de certo modo, acabam se refletindo nas relações estabelecidas dentro dela.

E ainda vale ressaltar que as multiplicidades socioeconômicas e ambientais dessa região implicam em enormes gastos com os diversos empreendimentos realizados pela ASA (construção de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, cursos de formação e capacitação para sociedade civil, campanhas publicitárias/educativas¹⁰ etc). Nesse aspecto, as ações desenvolvidas ficam limitadas pelo capital de investimento disponível. Por isso, essas ações não atingem simultaneamente a todas as famílias do Semiárido Brasileiro.

Contudo, percebe-se que essas ações, por mais limitadas que sejam em termos de abrangência, têm tido repercussão positiva nas condições socioeconômicas e contribuído para a promoção da cultura de convivência com o Semiárido e para a inserção de seus habitantes na luta por políticas públicas que potencializem a sustentabilidade e o protagonismo social.

REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (RESAB)

Com o desejo de construção e implementação de uma política pública de educação inclusiva contextualizada com acesso, qualidade e respeito à diversidade e especificidades do Semiárido, a RESAB (Rede de Educação do Semiárido Brasileiro)¹¹ tornou-se um espaço da sociedade civil organizada de grande importância onde se articulam políticas sociais para o melhoramento do sistema educacional dessa região. Políticas que incidem sobre as estruturas curriculares, e influenciam as experiências vivenciadas dentro e fora da escola e o olhar que se tem da própria realidade em que se vive.

A RESAB vê a escola como um espaço de produção e socialização de saberes imprescindíveis à construção da cidadania e da autonomia dos indivíduos e como um lugar onde a cultura de convivência com o Semiárido deve ser difundida, reforçando o argumento proposto por Foucault, que considera a educação como o lugar privilegiado de acesso aos mais variados discursos por ser *“todo sistema de educação (...) uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”* (FOUCAULT: 1999, p. 44).

Nessa perspectiva, a RESAB considera que existem alguns fatores que obstaculizam a sua proposta de mudança das condições da educação oferecida no Semiárido Brasileiro. Segundo a “Declaração Final” emitida pela secretaria executiva¹² da RESAB após a realização da I Conferência Nacional para a Convivência com o Semiárido ocorrida em 2006 na cidade de Juazeiro (BA): “a realidade do Semiárido Brasileiro é escandalosamente excludente”:

Mais de 350 mil crianças, entre 10 e 14 anos não freqüentam a escola; os alunos demoram 11 anos para concluir o ensino fundamental; mais de 390 mil adolescentes (10,15%) são analfabetos; mais de 317 mil crianças e adolescentes trabalham; no semiárido brasileiro existe o dobro de não alfabetizados quando comparados com a média nacional; e quase o dobro de ocupados que a média nacional, na faixa etária entre 7 a 14 anos; a maioria das escolas funciona de maneira precária e sem nenhuma estrutura; A infra-estrutura atual de educação atende a menos de 20% das necessidades do SAB; ausência de política de formação inicial e continuada para educadores e educadoras que contemple a discussão sobre a convivência com o semiárido; os educadores e educadoras são mal remunerados; os currículos são desarticulados da realidade semi-árida e propagadores das vulnerabilidades dessa região; os materiais didáticos utilizados nas escolas são produzidos em outras regiões, especialmente no Sudeste do Brasil (ASA: 2006, s/p).

Como se vê, as condições das escolas situadas no contexto do Semiárido Brasileiro refletem a realidade do sistema educacional do país como um todo, mas, com um agravante, uma vez que estas escolas estão totalmente divorciadas da realidade desta região, o que agudiza o processo de ensino-aprendizagem. A partir desta constatação a luta da RESAB tem se intensificado no sentido de fomentar políticas educacionais fundamentadas na ideia de convivência com o Semiárido. Para tanto, ela conta com unidades gestoras em 11 estados brasileiros: Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Bahia, Maranhão, Piauí, Minas Gerais e Espírito Santo. Esses grupos gestores têm como principais atribuições a mobilização da sociedade civil organizada e do poder público em cada estado, buscando a articulação de parcerias que, funcionando de maneira independente, construam as possibilidades de realização das ações pertinentes ao processo de organização e funcionamento dos princípios e propósitos da rede.

¹⁰Em julho de 2005, a ASA lançou a campanha publicitária/educativa Clima de Otimismo no Semiárido com o objetivo de informar e sensibilizar a população brasileira para o desenvolvimento de um Semiárido digno e próspero.

¹¹ É neste contexto que surge a RESAB: “[...] em 1998 diversas instituições reuniram-se em Juazeiro, Bahia, no Simpósio Escola e Convivência com a Seca, apoiado pelo Projeto Nordeste, pela UNDIME e pelo UNICEF. Em 2000 realizou-se, entre os dias 04 e 06 de setembro, também em Juazeiro, Bahia, o I Seminário de Educação no Contexto do Semiárido Brasileiro. Deste seminário foi aprovado um protocolo de compromissos, visando à ampliação das discussões e das formas de ação conjunta e articulada visando à melhoria das políticas públicas no campo educacional e da qualidade do ensino e dos sistemas educacionais do semiárido brasileiro.” (RESAB: 2006, s/p).

¹² A secretaria executiva da RESAB é atualmente constituída pelas seguintes instituições: IRPAA, CPT- Sertão, Visão Mundial, Cáritas Brasileira, CAATINGA, UFCG, UNEB, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PETROLINA/PE, PPCSA/PI, SEARA/RN. Essas instituições buscam garantir a articulação da rede, estabelecendo parcerias, mobilizando sociedade civil e poder público no Semiárido Brasileiro, realizando conferências, entre outras ações.

Para a RESAB, a educação no Semiárido deve ser contextualizada visando a convivência sustentável dos educadores e educandos com o meio em que vivem. Assim, a contribuição das escolas pode ser significativa no sentido de cultivar nas pessoas, desde os seus primeiros anos de estudo, a ideia de convivência, despertando a consciência crítica de cada indivíduo frente a sua própria realidade e a realidade dos outros, e motivando-os a intervir na vida social de maneira mais intensa e significativa. Isso está em consonância com o que diz Malvezzi: *“a convivência com o Semiárido precisa começar dentro das escolas, modificando-se o processo educacional, o currículo escolar, a metodologia educativa e o próprio material didático”* (MALVEZZI: 2007, p.132). Essa ideia é reforçada por SOUZA ao argumentar que:

O conhecimento fomentado por essa escola é aquele que contribui para a (re)significação das formas de relação estabelecidas entre homens, mulheres e natureza, para a constituição de um ensino-aprendizagem propulsor de novas possibilidades de vida e que esteja comprometido com o processo de inclusão e de melhorias sociais no Semiárido brasileiro. (SOUZA: 2003, p.30).

Ou seja, a escola deve ser encarada como o espaço ideal para a produção de um saber significativo, que possa contribuir para a formação social e política das pessoas e para a melhoria das suas condições de vida.

Partindo desses pressupostos, a RESAB tem empreendido algumas experiências em municípios do Semiárido Brasileiro com um material didático específico que contempla um conhecimento acerca da realidade dessa região valorizando as suas potencialidades, o protagonismo dos sujeitos sociais e a construção de imagens otimistas deste espaço geográfico. São experiências que segundo a própria avaliação da Rede têm dado certo e por isso têm sido divulgadas. Um dos instrumentos de divulgação foi a publicação do volume *“Educação para a convivência com o semiárido: reencantando a educação com base nas experiências de Canudos, Uauá e Curaçá”*¹³ que oferece ao educador a possibilidade de vislumbrar um novo caminho para *“reencantar a educação e o processo do ensino-aprendizagem”* com um olhar mais sensível sobre a realidade local e a valorização dos saberes e da cultura locais como elementos importantes para a formação do indivíduo.

Além deste, outros volumes foram publicados com titulações diferentes mas com conteúdos que reafirmam a necessidade de políticas públicas educacionais pautadas na educação para a convivência com o Semiárido¹⁴. Essas publicações tornam-se importantes veículos de informação entre o público leitor - no sentido de provocar reflexões acerca da concepção de convivência com o Semiárido Brasileiro, bem como do conceito de educação contextualizada, das propostas para a implementação de políticas públicas de educação, da formação dos educadores e educadoras, da gestão, do livro didático, da arte para a construção de uma prática educacional inclusiva e significativa.

A política pública educacional defendida pela RESAB se baseia em alguns princípios:

Integridade dos direitos dos atores e atrizes do processo educacional; com gestão democrática garantindo a plena participação dos vários setores, atores e atrizes na sua execução; Equidade na distribuição de renda e no acesso do conhecimento cultural, científico, moral, ético e tecnológico em todos os níveis da educação; Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na construção do conhecimento; Sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural como pilares dos processos e projetos educacionais; Formação contextualizada e integral de educadores e educadoras abrangendo os aspectos socioculturais, político e ambientais do semiárido; Re-orientação curricular que valorize o diálogo permanente dos saberes locais com o universal; Materiais didáticos pedagógicos re-significando os discursos e imagens atribuídas ao nordeste e ao semiárido; Respeito à pluralidade e à diversidade de culturas, credos, etnias, raças, ideias e de opções metodológicas no processo de ensino-aprendizagem; Descentralização, transparência e gestão compartilhada; Valorização do magistério e garantia de condições de aperfeiçoamento e de formação continuada e permanente dos educadores e educadoras; Respeito e promoção dos direitos humanos, do meio ambiente e dos princípios e direitos constitucionais; Aplicabilidade dos instrumentos legais que visam à construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade no Semiárido e no Brasil; Respeito e promoção dos direitos das crianças, adolescentes e jovens. (RESAB: 2006, s/p).

Esses princípios se propõem a conduzir a realidade da educação no Semiárido a uma ampla, radical e significativa mudança. Não se trata de uma mudança abrupta, mas processual, levando em consideração as dificuldades de se desvencilhar de um modelo educacional que já tem seus alicerces fincados. É o mesmo que substituir um discurso por outro: às vezes as marcas deixadas pelo primeiro vão desaparecendo com

¹³ Esta obra se insere na lista das leituras teóricas selecionadas e discutidas na primeira etapa deste projeto, na vigência 2007/2008.

¹⁴ “O Caderno Multidisciplinar ‘Refletindo a Educação no Semiárido Brasileiro...Ousando e fazendo a diferença’ é voltado para apoiar e dar visibilidade às iniciativas de publicações técnicas e científicas das instituições e pessoas ligadas ou não a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro - RESAB e ações voltadas para o fortalecimento da teoria e do sistema educacional do Semiárido Brasileiro, contribuindo decisivamente para o intercâmbio das experiências inovadoras no âmbito da educação contextualizada e das iniciativas de Convivência com o Semiárido Brasileiro fortalecendo assim a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para esta região”. (RESAB: 2009, s/p)

dificuldades, as imagens construídas vão sendo lentamente esquecidas. Mas, pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido pela RESAB vem inferindo nas mudanças que têm se operacionalizado no Semiárido e contribuindo para um redimensionamento da Educação nesta região.

CÁRITAS - PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DA DIOCESE DE CAJAZEIRAS

O Programa de Ação Social e Políticas Públicas - PASPP é uma organização não-governamental que atua em municípios do Alto Sertão Paraibano pertencentes à Diocese de Cajazeiras. O PASPP coordena programas e projetos desenvolvidos pela Cáritas trazendo como eixo norteador a proposta da convivência. Contando com a parceria entre a ação social diocesana e a MISEREOR¹⁵, o PASPP tem se empenhado em desenvolver um trabalho de acompanhamento e capacitação de grupos sociais organizados, no campo e na cidade, que atuam na promoção da cidadania e autonomia das pessoas, na elaboração e execução de políticas públicas, no fortalecimento da economia local e da sociedade civil organizada, na defesa do protagonismo dos sujeitos sociais e na afirmação dos direitos destes sujeitos. Estão entre esses grupos: conselhos municipais, associações, redes, fóruns, comunidades rurais e de bairro.

Conforme consta no seu Relatório Anual de Atividades de 2007 o PASPP desenvolveu seu trabalho junto aos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Conselhos Tutelares nas cidades Cajazeiras e Jericó, à Rede Intervindo em Políticas Públicas (uma organização da cidade de Pombal), à comunidade do bairro dos Remédios, na cidade de Cajazeiras, ao Fórum de Políticas Públicas de Cajazeiras, ao Fórum de Economia Popular Solidária do Sertão da Paraíba, às Associações dos Catadores de Material Reciclável de Sousa, Pombal e Cajazeiras; e a cinco comunidades rurais da Diocese de Cajazeiras (Serra da Arara – município de Cajazeiras, Malhadinha – município de Jericó, Várzea Comprida dos Oliveira e Comunidade de Pinhões – município de Pombal, e Duas Lagoas – município de Aparecida).

Os relatórios anuais de atividades do PASPP analisados (2006 e 2007) revelam muito do contexto socioeconômico local e da atuação da sociedade organizada frente a esse contexto; e apresentam em muitos momentos a crueza da realidade com um tom de denúncia e ao mesmo tempo com um desejo de mudança que se anuncia na perseverança da luta por mais justiça, por uma gestão da máquina administrativa compartilhada e transparente, por mais investimentos do poder público para melhoria das condições de vida das pessoas e pela conquista da autonomia dos setores organizados da sociedade.

A leitura da realidade apresentada pelo PASPP apresenta um contexto marcado por mudanças consideráveis no âmbito da mentalidade e da organização da sociedade e, ao mesmo tempo, por práticas seculares que persistem nos tempos atuais. Nesse contexto, por um lado existe, em muitos casos, a falta de transparência na utilização dos recursos públicos, a necessidade de capacitação da sociedade para interferir com mais veemência na elaboração e execução das políticas públicas, as interferências partidárias e a sobreposição de interesses particulares em relação a interesses coletivos; bem como, o receio gerado em consequência de repressões do poder público local que, em muitos casos, restringem os direitos à participação democrática. Por outro lado, é preciso considerar as conquistas alcançadas, como: a melhoria do acesso às políticas públicas, o crescimento do diálogo com alguns gestores públicos, o fortalecimento de conselhos municipais, associações, redes, fóruns e outras entidades favorecendo e criando condições de enfrentamento de práticas políticas conservadoras.

Diante destas questões a presença ativa e aguerrida da sociedade organizada, sobretudo através dos Conselhos são imprescindíveis ao controle social. Ainda que em alguns casos:

Os conselhos setoriais resultado de uma grande luta da sociedade civil assegurado na Constituição Federal de 1988, na pratica [têm] deixado [a] desejar. Uma minoria dos conselheiros representante da sociedade civil entende e vem assumido o seu papel de participar e fiscalizar os recursos públicos, para esse o desafio é entender a complexidade do funcionamento da máquina Pública, outros representantes da sociedade civil preferem se aliar ao poder na maioria dos casos em toca de empregos para seus parentes, deixando de exercer seu papel. (PASPP: 2006, s/p) .

Não se pode negar a relevância destes Conselhos frente à fiscalização dos recursos públicos investidos nas políticas sociais e à reivindicação dos direitos dos cidadãos junto ao Poder Público constituído. O que falta às vezes é consciência de seu papel e a ação de colocar os interesses coletivos acima dos interesses privados.

Muitas das ações empreendidas pelo PASPP estão direcionadas à formação e capacitação dos sujeitos sociais. No que concerne à promoção da cultura de convivência com o Semiárido, as ações e orientações dessa organização são mais visíveis no trabalho com as comunidades rurais, onde ainda se verificam práticas agrícolas que degradam o meio ambiente, a apatia do poder público local e, em alguns casos, a dificuldade de diálogo entre poder público e sociedade. Estas comunidades enfrentam, ainda, a questão da

¹⁵ MISEREOR é uma entidade ligada a Igreja Católica da Alemanha e foi fundada em 1958 como organização que luta contra "a fome e a doença no mundo". Na sua função de agência de desenvolvimento oferece cooperação em espírito de parceria para combater a pobreza a nível mundial, abolir estruturas de injustiça, promover a solidariedade com os pobres e perseguidos. A cooperação da Igreja Católica Alemã para o desenvolvimento é apoiada também com fundos públicos do Governo alemão e da União Européia.

insuficiência de água para o abastecimento humano, animal e para agricultura, a falta de planejamento adequado para a produção e a criação de animais, a renda inadequada para o sustento das famílias, a alimentação escassa para os animais nos períodos de seca, a ausência de saneamento básico nas residências e a indiferença dos jovens às ações da comunidade e às atividades da família.

Por isso, as metas do PASPP para essas localidades se voltam para a “construção” de comunidades organizadas, conscientes de seus direitos e deveres, que se valorizem e protagonizem as transformações necessárias em seu contexto socioeconômico; que planejem a sua produção e pratiquem o manejo adequado dos recursos naturais disponíveis vislumbrando a preservação da biodiversidade. Não obstante, mesmo verificando-se o avanço da relação do homem com o meio ambiente nas comunidades rurais (Cf. Relatório PASPP: 2007, p.41), certas práticas degradáveis à natureza ainda persistem no cotidiano de algumas famílias, conforme reconhece o PASPP, em seu relatório de atividades desenvolvidas em 2007, quando fala da realidade da comunidade Serra da Arara, município de Cajazeiras/PB: *“alguns agricultores já estão evitando o desmatamento e as queimadas desnecessárias, como também estão reduzindo o uso de venenos nas lavouras, no entanto a maioria continua usando as práticas tradicionais, principalmente desmatando para fabricar carvão.”*(PASPP: 2007, p.20).

Nas comunidades rurais o PASPP realizou, em 2007, reuniões sistemáticas, encontros sobre planejamento da produção, oficinas sobre produção de silagem¹⁶, encontros com as comunidades ribeirinhas para a busca de soluções conjuntas e investiu recursos do Fundo Nacional de Solidariedade da Cáritas Brasileira beneficiando algumas famílias carentes com a construção de banheiros e criadouros de galinha.

Entretanto, a própria entidade reconhece que essas ações são insuficientes para mudar a realidade das pessoas:

Embora nos alegremos com os resultados, é necessário continuar avançando para alcançar auto-suficiência nos recursos hídricos, eliminar o uso de produtos químicos na agricultura, organizar a produção de forma que possa sustentar as famílias e gerar renda sem destruir o meio ambiente. Com relação à organização, é preciso fortalecer a gestão interna e a autonomia política, para que possam acessar recursos públicos sem negociarem seus votos. (PASPP: 2007, p.41)

Essa fragilidade, no entanto, não desestimula a entidade a dar continuidade ao trabalho, apostando nas possibilidades de mudanças que se concretizarão com a seqüência das ações. De acordo com as considerações do citado relatório:

(...) as conquistas acumuladas nos indicam que estamos no processo de construção de uma vida melhor para as pessoas desses grupos e para as pessoas que indiretamente são beneficiadas, nem sempre na velocidade que desejamos, mas no tempo de cada um e de acordo com suas particularidades é que vamos alcançar uma situação desejada. Neste prisma, acreditamos que o PASPP vem cumprindo seu papel de intervenção social, criando espaço de controle social das políticas públicas, incentivando os/as trabalhadores/as para que possam construir alternativas de sobrevivência, denunciando abuso e violação dos direitos humanos, cientes de que somos um elemento nessa construção e que precisa haver união de forças para construirmos um mundo melhor. Nesse intuito, procuramos mobilizar as entidades para constituírem os fóruns de políticas públicas nos municípios de Cajazeiras e Pombal, como também, contribuimos com a organização e funcionamento do Fórum de Economia Popular Solidária, como espaço de discussão, planejamento e execução de ações conjuntas das comunidades rurais e dos catadores de material reciclável. (PASPP: 2007, p.42)

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE APARECIDA - STRA

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Aparecida, no Alto Sertão Paraibano, é uma entidade que atua em defesa dos direitos do trabalhador rural. Desde 1997, quando foi fundado, o Sindicato tem realizado ações relevantes no sentido de promoção da cultura de convivência com o Semiárido. Muitas destas ações foram desenvolvidas em parceria com outras organizações da sociedade civil como ASA, RESAB e CPT-Sertão e programas de cunho socioeconômicos empreendidos pelo governo federal.

Além da construção de cisternas de placas para a captação de água da chuva, através do P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas), outras ações desenvolvidas pelo STRA, no âmbito da autonomia e do desenvolvimento local sustentável, merecem destaque. Entre elas os Bancos Comunitários de Sementes e as Mandalas.

A implantação das cisternas¹⁷ inicialmente enfrentou a resistência de alguns habitantes do campo que questionavam a salubridade da água acumulada nesses reservatórios e o fundo rotativo solidário¹⁸ que por

¹⁶ A produção de silagem consiste na produção e estocagem de forragens, em sistema de silos, que são utilizados nos períodos de estiagens, quando cai consideravelmente a oferta de alimento para os animais. Várias entidades que trabalham com a proposta da convivência estão experimentando alternativas de utilização de plantas nativas e adaptadas para a produção de silos.

¹⁷ Construídas no município de Aparecida e coordenadas pelo Sindicato, as cisternas também foram construídas, simultaneamente, em outros municípios da região. Nestes, esta ação foi coordenada por associações que também integram a REDE ÁGUA do Alto Sertão

muitos era entendido como pagamento pela cisterna adquirida. Essas questões foram discutidas na Reunião da Rede Água em 2003, realizada no Assentamento Acauã, localizado no município de Aparecida, e coordenada por membros da direção do STRA:

Em relação à formação nas bases, Aldineide falou que é ilusão achar que com as cisternas vai envolver toda comunidade e mesmo não envolvendo toda já é um avanço. Vicente: - *a formação é o primeiro passo para se fazer um bom trabalho na comunidade*. Agnaldo: - *já se tem resultado desse trabalho, a exemplo do pessoal de Malhadinha, em Jericó, Paraíba, que apresentaram a experiência do fundo rotativo solidário no E.R.Hídricos*. Francisca Paulino avalia que já se têm frutos dessa formação. - *Antes na comunidade para implantar as primeiras cisternas não foi fácil, hoje a realidade é outra*. (Grupo Água –Alto Sertão/PB: 2003, s/p)

Por isso, a realização de formações continuadas que cambiassem essa mentalidade tornou-se imprescindível. De fato, essas capacitações tiveram efeitos consideráveis a ponto de ampliar, nos últimos anos, a busca, pelos moradores do campo, por essa tecnologia social de armazenamento de água. Em 2007, o STRA chegou a coordenar a construção de 734 cisternas em alguns municípios do Alto Sertão Paraibano (Cf. CPT: 2007, s/p). Inclusive o poder público, depois de algumas experiências já vivenciadas no município de Aparecida, também começou a investir recursos para a propagação dessa tecnologia nas famílias que sofrem com a falta de água.

Os Bancos de Sementes Comunitários (BSC), por sua vez, são um tipo de tecnologia adaptado à agricultura familiar que considera a importância desta para a produção agrícola nacional. Essa experiência é importante porque valoriza o uso de sementes nativas que comumente são utilizadas no cultivo da região e já apresentam condições de adaptação ao clima e ao solo do Semiárido. Também é uma forma de proteger o patrimônio genético desses cultivares. Esses Bancos constituem uma organização de caráter associativista que

(...) conta com a participação dos agricultores para garantir o acesso a sementes de boa qualidade, em quantidade suficiente e no período certo do plantio. Ao produzir sua própria semente, o produtor não só terá maiores chances de obter uma boa colheita como também maior produtividade, dispor desse insumo num custo menor que aquele praticado pelo mercado e diminuir a dependência de programas de distribuição de semente.” (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte: 2006, p. 09).

Em 2004, das treze comunidades rurais acompanhadas pelo STRA um total de 234 famílias de nove comunidades já haviam vivenciado essa experiência do Banco de Sementes dispondo naquele ano de 24 silos com sementes. O que pode vir a atrapalhar as expectativas de produção é a má distribuição das chuvas na região. Salvo isso essa proposta apresenta grande viabilidade.

Já a mandala é uma cisterna de irrigação circular de baixo custo que facilita a produção de alimentos de subsistência. O objetivo do projeto Mandala é desenvolver um modelo de agricultura familiar baseado no empreendedorismo e na cultura da cooperação que atenda às necessidades locais. A metodologia também busca promover o desenvolvimento local, integrado e sustentável.

Através do STRA e do professor Willy Pessoa a experiência das mandalas chegou ao município de Aparecida sendo implantada em 2001, no Assentamento Acauã:

(...) foi uma experiência que deu certo no Assentamento Acauã, onde as famílias tiram do seu próprio quintal um complemento para a sua alimentação, hoje [em 2004] no Assentamento existem 63 mandalas, esse projeto veio melhorar a qualidade de vida das famílias, o mais importante de tudo, e que o projeto veio resgatar a dignidade e a alta estima das famílias. (Rede Água do Alto Sertão Paraibano: 2004, p. 03).

Motivados por iniciativas como essas, e mais conscientes de sua própria realidade, as pessoas iniciam um processo educativo que influencia desde a sua capacidade de refletirem sozinhas sobre os problemas emergentes e buscar soluções viáveis para resolvê-los até as relações de interação social que culminam na elaboração conjunta de ideias, nas convergências e divergências, e no trabalho em mutirão. O resultado disso é uma sociedade organizada, convicta de sua realidade e de seus valores; uma verdadeira rede de solidariedade norteadas pela esperança de se ter uma vida melhor. E para este propósito o STRA tem contribuído bastante.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT- SERTÃO

Paraibano. Essa Rede funciona como um espaço em que se articulam algumas organizações da sociedade civil para discutir questões concernentes às tecnologias de captação, armazenamento e manejo d'água no Alto Sertão Paraibano.

¹⁸ “Fundo Rotativo ou Fundo Solidário é uma experiência comunitária de caráter informal criada para impulsionar a mobilização social de comunidades carentes. Nesses Fundos, as pessoas contribuem voluntariamente com uma quantia de dinheiro para formar uma cota de capital. O Fundo pode ser utilizado para várias finalidades: construir mais cisternas, melhorar as casas, construir sanitários ou outras atividades que a comunidade quiser e tiver necessidade.” (ASA: 2005, p. 23).

A Comissão Pastoral da Terra atua no Alto Sertão Paraibano como uma entidade da sociedade civil organizada ligada à Diocese de Cajazeiras – PB e vem contribuindo para a produção de uma nova realidade no campo, na qual as condições histórico-sociais de seus habitantes sejam redefinidas pelo paradigma da convivência com o Semiárido.

De acordo com a concepção da CPT-Sertão, a construção desta nova realidade perpassa duas importantes questões:

a segurança alimentar e a segurança hídrica geradora de diferentes dinâmicas de convivência com o Semiárido num processo de formação continuada de homens e mulheres que, no trabalho constroem e experimentam tecnologias apropriadas e se transformam como homens e mulheres em cidadãos e cidadãs ativos, participativos, sujeitos de sua história. (CPT-SERTÃO: 2005, p. 2)

Além dessas duas áreas, a CPT – Sertão tem atuado na luta pela conquista da terra, com vista à Reforma Agrária. No ano de 2006, 13 áreas de acampamento e 12 áreas de assentamentos foram assistidas por essa instituição. Em 2007, a quantidade de grupos sociais acompanhados aumentou: 19 áreas de acampamentos, 6 comunidades quilombolas e 8 áreas de assentamentos. Esse acompanhamento ocorreu de forma ativa e contínua com a realização de ações em defesa dos interesses dessas comunidades. Em 2006, foram realizadas, pelo INCRA, vitórias em algumas propriedades. Para atender aos agricultores de alguns acampamentos, naquele mesmo ano as famílias acampadas receberam cestas básicas, cuja distribuição mensal foi regularizada em 2007. Ainda em 2007, houve um avanço nas negociações para a conquista da terra, a partir da mobilização dos agricultores de alguns acampamentos, bem como a realização de diversos momentos de formação sobre: a questão agrária, o processo organizativo de cada comunidade, contexto histórico e campesinato brasileiro, a questão energética, associativismo, relações humanas, legislação agrícola, aquecimento global, questões de gênero, entre outros.

No eixo TERRA, a CPT atua em parceria com algumas redes e articulações da sociedade civil: a CAAASP (Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão/PB), a Rede de Sementes¹⁹, a Rede Cultivos Ecológicos²⁰ e a Rede Abelha²¹ do Alto Sertão Paraibano. A CAAASP, por exemplo, tem desempenhado um papel relevante no âmbito da luta pela conquista da terra articulando e representando os assentamentos, buscando a consolidação da Reforma Agrária e coordenando políticas públicas que respondam as necessidades dos assentados. Em 2007, essa organização integrou, no seu plano de trabalho, 24 áreas de assentamentos onde coordenou a construção de 801 cisternas através do P1MC, de 06 barragens subterrâneas, através do P1+2 e da ASA, e de 07 bombas populares, através do Programa Bomba D'água Popular. Ainda, realizou assessoria social a partir do acompanhamento das famílias assentadas, dos encontros de formação sobre associativismo, segurança alimentar e assessoria às diretorias das associações.

No eixo ÁGUA, a CPT desenvolve seu trabalho junto a Rede Água do Sertão Paraibano que vem discutindo além das Tecnologias de captação, armazenamento e manejo D'água, temas políticos ligados a água como a questão da Transposição das Águas do Rio São Francisco, por exemplo. O quadro de cisternas construídas em assentamentos apresentou, em 2007, um total de 706 cisternas o que significou um aumento em relação aos dois anos anteriores: eram 647 em 2006 e 525 no ano de 2005. Além da construção de 1.535 cisternas familiares em 20 municípios do Alto Sertão/PB, através do P1MC, a Rede Água empenhou-se na formação das famílias realizando capacitações em tratamento e gerenciamento dos recursos hídricos e sobre alternativas de convivência com o Semiárido.

No eixo DIREITOS, a CPT se articula com a Rede Saúde e Alimentação do Alto Sertão Paraibano²² e com a RESAB, através da Rede de Educação do Alto Sertão Paraibano. Esta última tem desenvolvido

¹⁹ “O trabalho com os Bancos de Sementes Comunitários no Alto Sertão/PB, se dá articulada com a Rede de Sementes do Alto Sertão Paraibano, que surgiu em 1999, fruto do trabalho da CPT na região. Atingindo mais de 80 bancos de Sementes, uma faixa de 2.000 famílias. [...]. Esse trabalho com os Bancos de Sementes Comunitários continua através da realização de oficinas, reuniões, encontros de formação, audiências com órgãos públicos e integração ao Fórum da ASA-PB” (CPT-SERTÃO: 2007, s/p). Em 2007, a quantidade de Bancos de Sementes Comunitários chegou a 24 em treze municípios do Alto Sertão/PB atingindo 724 famílias.

²⁰ “A Rede Cultivos Ecológicos, assessorada pela CPT Sertão/PB, vem construindo e discutindo as estratégias de produção, com os camponeses e as camponesas, interligando a discussão da economia solidária, do enfrentamento ao agronegócio e aos transgênicos” (CPT-SERTÃO: 2007, s/p). Em 2007, setenta e sete famílias participaram dessa Rede.

²¹ “A Rede Abelha do Alto Sertão Paraibano surgiu a partir do trabalho já existente da CPT – Sertão/PB de acompanhamento e articulação dos apicultores em 06 assentamentos do Alto sertão/PB, que iniciou com um pequeno projeto financiado pela CARITAS (Serviço de Caridade da Igreja Católica), do investimento com recursos do Fundo Solidário, e depois com a criação da ASPA – Associação dos Apicultores do Alto Sertão Paraibano com sede em Aparecida, que vem desenvolvendo um trabalho nas comunidades daquele município, dando impulso a apicultura na região” (CPT-SERTÃO: 2007, s/p). Em 2007 a Rede reunia 73 apicultores de 16 comunidades, com uma quantidade de 992 colméias.

²² “A rede Saúde e Alimentação vêm desenvolvendo um trabalho alternativo de melhoria da qualidade de vida nos acampamentos e assentamentos a partir da alimentação enriquecida e os cuidados com a saúde. Este trabalho vem se dando, como uma dinâmica de convivência com o Semiárido, coordenada pelas mulheres das áreas de acampamentos e assentamentos, envolvendo várias entidades, como também pessoas das áreas que ainda não estavam participando de outras de outras atividades nas comunidade”. (CPT-SERTÃO: 2007, s/p) Em 2007 essa Rede atuou em 11 municípios do Alto Sertão Paraibano (São João do Rio do Peixe, Sousa, Cajazeiras. Triunfo, Bonito de Santa Fé, Marizópolis, Aparecida, Jericó, Pombal, Paulista, São José da Lagoa Tapada e Cachoeira dos

ações no âmbito educacional defendendo a contextualização dos currículos e dos saberes construídos dentro do espaço escolar. A ideia é que esses saberes priorizem o conhecimento sobre a realidade local, visando à preservação da cultura da região, e favoreçam uma relação sustentável entre homem e natureza.

As experiências realizadas nesse sentido se baseiam no uso do livro didático “Conhecendo o Semiárido” – produção da RESAB com o apoio da UNICEF²³. Não obstante, ainda são pouco significativas as repercussões destas experiências, sobretudo enquanto política pública de educação no Semiárido Brasileiro. Isso se deve, em parte, ao modelo educacional vigente nessa região, que não deixa invisível o tradicionalismo presente no âmbito do seu funcionamento e a sua propensão a atender a lógica do mercado capitalista. Esse modelo ainda é muito fechado em si mesmo e quase não deixa brechas para que experiências inovadoras aconteçam. A RESAB ainda desenvolve momentos de formação para professores e lideranças de assentamentos. Entretanto, é preciso considerar que essa formação nem sempre atinge a todos de forma simétrica – o que faz com que no cotidiano de suas vivências esses professores e lideranças continuem a apresentar um comportamento incompatível com aquele ensejado pela Rede. É o que mostra o Relatório da CPT de 2007: “o objetivo de envolver as lideranças dos assentamentos foi realizado, mas o compromisso destas para com a educação escolar das crianças ainda é tímido”.

CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Os conselhos de segurança alimentar atuam no Brasil – na esfera municipal, estadual e nacional – propondo, discutindo e controlando a ação do Estado na elaboração e execução das políticas públicas voltadas à questão da segurança alimentar e nutricional e do direito humano a alimentação, que passaram a ser efetivamente encarados, nos últimos anos, como política social do governo e direito intrínseco a todas as pessoas. Essa atuação compreende ainda a articulação com os diversos setores sociais representados nos conselhos através da realização de oficinas, seminários e conferências nos estados e das conferências nacionais que se tornaram espaços propícios à discussão e construção das diretrizes que devem orientar a política nacional de segurança alimentar.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) foi criado por decreto²⁴, atendendo reivindicações da sociedade civil, no governo Itamar Franco. Em 1994 realizou-se a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar com o tema “Fome: uma questão nacional”, onde se discutiu, entre outras temáticas, o conceito de segurança alimentar, o processo de construção da cidadania e de uma nova relação Estado/sociedade com base na articulação de suas múltiplas ações. Nesse momento o objetivo principal do CONSEA era diagnosticar e enfrentar os problemas causadores da fome no país a partir da construção de uma política nacional de segurança alimentar. No ano seguinte, já no governo Fernando Henrique Cardoso, o CONSEA foi desativado e só voltou a atuar novamente em 2003, no governo Lula, quando foi regulamentado.

Em 2004, o CONSEA realizou a sua segunda conferência nacional. Nesta ocasião discutiu-se e aprovou-se uma série de proposições com o objetivo de subsidiar a elaboração de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre elas, a criação de uma Lei Orgânica que instituisse um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Em 2006, entrou em vigor a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei n.11.346/2006) visando “assegurar o direito humano à alimentação adequada” por meio da articulação entre poder público e sociedade civil organizada na proposição e implementação de políticas, programas e ações. De acordo com o artigo 3º dessa lei:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

A dimensão antropológica, política e econômica impressa nesse conceito revelam que a garantia da segurança alimentar a todas as pessoas deve ser viabilizada a partir do reconhecimento às necessidades humanas e por meio de práticas políticas e econômicas que priorizem o atendimento às demandas sociais e que estejam perpassadas pela ideia de sustentabilidade.

O Relatório Final da III Conferência Nacional - *Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*, realizada em 2007, registrou alguns acontecimentos considerados como avanços nessa empreitada do CONSEA:

incorporação política da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada na agenda pública no Brasil, com a recriação e consolidação dos Conseas a partir de 2003, a própria realização das Conferências e a progressiva apropriação das diferentes dimensões de soberania e segurança alimentar e nutricional

Índios) beneficiando 336 crianças, 43 gestantes, e 116 idosos com a multimistura; e envolvendo 72 famílias no trabalho de higiene pessoal/ambiental.

²³ Organização das Nações Unidas para as Crianças e Adolescentes.

²⁴ Cf. Decreto N° 807, de 22 de abril de 1993. In: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>

pelas redes, articulações, fóruns e movimentos sociais. Vários indicadores mostram ter havido redução na pobreza e nos índices de fome e desnutrição, com melhoria no acesso à alimentação, para o que foram fundamentais as políticas sociais de transferência de renda e proteção social – Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada ou BPC e previdência rural – a recuperação do emprego e do valor do salário mínimo, entre outros. No campo da produção, ações importantes de apoio à agricultura familiar, agroextrativismo e pesca foram implementadas, com destaque para a expansão do PRONAF e a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Igualmente importante tem sido a reorientação e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, bem como a retomada da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. A incorporação do enfoque da segurança alimentar e nutricional contribuiu para a integração ainda incipiente entre ações e programas na direção da intersectorialidade. É crescente também a participação da sociedade civil na construção da política e na implementação de ações inovadoras tais como o Programa 1 Milhão de Cisternas e de Convivência com o Semiárido (CONSEA: 2007, p.13).

O grande desafio dessa terceira conferência era consolidar a construção do Sisan. Contraindo-se ao modelo de desenvolvimento assentado no pensamento econômico neoliberal que sobrepõe os interesses das grandes empresas aos da maioria da população, as propostas aprovadas nesta conferência imprimem a ideia de que o crescimento econômico deve estar subordinado a prioridades sociais e de sustentabilidade ambiental. Defendeu-se, entre outras coisas, o fortalecimento do Estado frente à distribuição de riquezas e a preservação do ambiente, a integração dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional, a realização de uma ampla e imediata reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar, o comprometimento do Estado com a promoção da saúde e a alimentação adequada, o fortalecimento dos instrumentos de controle social (conselhos, órgãos de fiscalização de alimentos e de vigilância nutricional, entre outros), acesso à água de qualidade e ampliação dos processos de captação de água das chuvas para consumo humano e para a produção no Semiárido Brasileiro.

Entretanto, é preciso ressaltar que a eficácia do trabalho do CONSEA depende grandemente da atuação de seus conselheiros na esfera municipal, estadual e nacional, fiscalizando as ações das prefeituras municipais, do governo dos Estados e da presidência da República. É possível que em alguns municípios o CONSEA exista apenas em tese - como forma de propagandear erroneamente a preocupação de seus governantes com a população ou apenas como uma maneira de mostrar que suas ações estão sendo monitoradas e que, portanto, o povo pode confiar plenamente em sua administração – ou simplesmente nem exista²⁵. Por isso que se torna imprescindível fiscalizar o funcionamento desses conselhos, apreendendo até que ponto suas ações estão em consonância com aquilo que se propõe a ser, de fato, um conselho; e verificando o nível de conhecimento dos conselheiros sobre as políticas públicas e, de maneira geral, as questões relacionadas à segurança alimentar para que se possa fomentar processos de formação e capacitação no sentido de dar-lhes condições para exercerem suas funções consciente e eficazmente nas áreas correspondentes a sua atuação.

Mas, na prática, a atuação do CONSEA apresenta relevância no sentido de diagnosticar e contextualizar as realidades problemáticas que merecem a atenção do poder público e da sociedade como um todo, de fiscalizar as ações já desenvolvidas pelo Estado, no âmbito da segurança alimentar, e de pressioná-lo a criar programas e políticas que tornem realidade as ideias previstas na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, legitimando o que se considera como direito humano a alimentação de qualidade.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável são espaços públicos e plurais nos quais representantes da sociedade e do Estado formulam e fiscalizam políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável nos diferentes níveis de atuação – municipal, estadual e nacional. A Resolução nº 48, de 16 de setembro de 2004, considerando a dinamicidade do processo de desenvolvimento rural sustentável e a necessidade de efetivação e democratização desses conselhos como espaços de articulações sociais e de decisões estratégicas, propõe uma série de diretrizes e atribuições a essa rede de conselhos, entre os quais se pode destacar: o direito à representação dos diferentes atores sociais (jovens, mulheres, agricultores, pequenos empreendedores) que tenham um envolvimento com a questão do desenvolvimento rural, o reconhecimento a pluralidade de grupos e de concepções, a consolidação de parcerias sempre que necessário, e a sugestão de que esses conselhos tenham uma composição mista congregando sociedade civil (correspondendo a maioria em termos de representação) e o poder público.

²⁵ Quando da visita a Casa de Conselhos do município de Cajazeiras–PB em abril deste ano, para a realização de pesquisa no CONSEA municipal o que verificamos foram inscrições numa placa com os nomes dos conselhos que funcionavam naquele espaço, entre eles estava o CONSEA, mas acabamos constatando que ele não existia efetivamente. A informação que recebemos foi a de que ele não estava funcionando no momento. Alguns dias depois a placa foi retirada. Segundo depoimento de um dos conselheiros, no primeiro semestre de 2009 foi realizada apenas uma reunião para aprovação do documento que autorizava a participação do município de Cajazeiras no Programa da Compra Antecipada de Alimentos – PAA.

Os documentos pesquisados no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Cajazeiras – PB (CMDRS) demonstram que esses conselhos tornam-se espaços de poder, de apropriação e/ou (re) produção de discursos, de aprofundamento do debate acerca das questões de seu interesse e de cobrança da sociedade ao poder público. Na reunião extraordinária de 31 de dezembro de 2004, que contou com a presença da maioria dos conselheiros, de representantes de associações e de secretários municipais, os diversos atores sociais fizeram uso da palavra – uns para manifestar o posicionamento do poder público frente a alguns programas sociais, especialmente o Garantia-Safra que era a pauta principal da reunião, outros para reivindicar uma mudança na postura do poder público: *“O produtor Rural Expedido Quirino solicitou dos secretários presentes que valorizem os presidentes de associações para evitar que pessoas outras fiquem fazendo politicagem na comunidade prejudicando a quem quer fazer um bom trabalho”* (CMDRS: 2004, s/p). Fica explícito na cobrança desse produtor rural o quanto a relação entre poder público/sociedade ainda é marcada por interesses individuais e partidários que se sobrepõem, muitas vezes, aos interesses e as demandas sociais da coletividade. O desdobramento dessa configuração social é o beneficiamento daqueles que apóiam o governo vigente e a difícil abertura aqueles que se posicionam contra.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba (CEDRS) pretende em 2009 realizar acompanhamento junto aos conselhos municipais a fim de verificar a sua composição e como o seu funcionamento tem se configurado nessas realidades mais locais. Esse acompanhamento consistirá em

[analisar] a lei que criou o Conselho Municipal e a atual composição do conselho. Caso a lei esteja de acordo com a Resolução nº 48 do CONDRAF e a eleição dos membros do conselho esteja vencida promover nova eleição. Acordar e capacitar os conselheiros em relação as políticas públicas que passam hoje pelos conselhos. Após capacitações mostrar aos conselheiros a necessidade de integrar os conselhos municipais, as associações e cooperativas de produtores de cada município com o CEDRS. Estimular e solicitar dos Conselhos Municipais que façam um levantamento de todas as Associações de Produtores Rurais de cada município, inclusive o nome, endereço, telefone, apelido do presidente de cada associação e a quantidade de agricultores que fazem parte da associação. Por fim solicitar aos presidentes de conselhos que remetam ao conselheiro que está fazendo o acompanhamento, os dados das associações rurais do seu município e pelo menos 02 relatórios por ano do resumo das atividades do e possíveis alterações na composição do conselho e nº de associações rurais existentes (Paraíba: 2008, p.7)

Considerando que atualmente diversas políticas públicas - Programa Garantia Safra²⁶, Programa de Crédito Direto ao Agricultor Familiar, através do PRONAF²⁷, Política de Assistência Técnica - passam nesse conselho, urge apreender até que ponto os conselheiros estão munidos de conhecimento para analisá-las, questioná-las e garantir que essas políticas cheguem da maneira mais correta aos seus verdadeiros destinatários. Aqui se explicita a ideia de que os saberes assimilados pelos conselheiros devem extrapolar as diretrizes que orientam seu trabalho. É preciso conhecer as políticas públicas, assegurando a execução, o monitoramento, a avaliação, a formulação e o redirecionamento das mesmas. No entanto, o que se observa são ações descontínuas ou a negligência em desenvolver programas e ações que contribuam com a melhoria de vida das pessoas do campo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE CAJAZEIRAS

Uma secretaria municipal de agricultura, entre outras competências, precisa orientar suas ações no sentido de planejar, subsidiar e desenvolver a política agrícola e a pecuária do município por meio de projetos como piscicultura, avicultura, bovinocultura, apoio técnico, campanhas de vacinação e controle de doenças dos rebanhos e implantação de programas de benefício à agricultura, sempre considerando as demandas sociais e a sua responsabilidade com o a preservação ao meio ambiente. Suas práticas, para serem coerentes, precisam estar assentadas sob a lógica da sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Em muitos casos, essas secretarias viabilizam o acesso dos agricultores locais a programas federais, estaduais e municipais que estimulam a produção voltada para o consumo familiar e para o mercado e contribuem para a fixação do homem no campo.

Nesta pesquisa foi realizado o levantamento das ações desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura do Município de Cajazeiras – PB, no âmbito de suas competências. Os dados fornecidos pela atual equipe gestora que substituiu o grupo de trabalho do quadriênio 2005-2008 apresentam apenas as ações empreendidas no primeiro trimestre de 2009. Quando questionada sobre o trabalho realizado pela gestão

²⁶ “É um benefício social que visa garantir uma renda de R\$ 550,00, paga em 05 parcelas mensais de R\$ 110,00 para os agricultores que tenham perdido metade ou mais de sua safra em decorrência da seca ou excesso hídrico” (CEDRS: 2008, p.2).

²⁷ “Os créditos do PRONAF se destinam a melhoria das estruturas de produção das propriedades e financiamento do custeio da produção dos Agricultores familiares e são créditos altamente subsidiados, com juros que variam de 0,5% até 5,5% ao ano, com prazos de até 16 anos dependendo da linha de crédito e do enquadramento do Agricultor Familiar por ocasião da emissão da Declaração de aptidão ao PRONAF, documento que habilita o agricultor Familiar a acessar as políticas públicas no âmbito do ministério do desenvolvimento agrário” (Paraíba: 2008, p.2).

passada, a secretária não teceu nenhuma crítica e não disponibilizou nenhum documento produzido no período, afirmando a inexistência dessas fontes. Num primeiro momento o destino desses documentos acabou se tornando uma incógnita. O argumento utilizado pela secretária foi o de que a gestão passada “não deixou nada”. Mas nas entrelinhas da conversa ficou claro que eles existem. O que se observa, portanto, é a ausência de políticas públicas que impliquem em ações planejadas com perspectiva de continuidade, e que persistam independentemente de uma mudança na gestão administrativa.

Segundo dados disponibilizados pela Secretaria de Agricultura de Cajazeiras, entre janeiro e março de 2009, foram visitadas 48 passagens molhadas e 04 foram construídas; realizou-se a distribuição de sementes de algodão e mil enxadas; empreendeu-se o levantamento dos problemas dos abastecimentos d’água de algumas comunidades; visitas de inspeção técnica em algumas comunidades com elaboração de laudos nos poços onde foram instalados kits de energia solar; limpeza de poços artesianos; participação em assembleias de comunidades e no Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; recuperação de estradas afetadas pelas chuvas; pagamento da primeira parcela do Programa Garantia Safra 2008/2009; corte de terra para o preparo do solo.

O que se verifica, a partir desses dados, é que a secretaria tem buscado diagnosticar e atender as necessidades que emanam das diferentes realidades sociais do município, sobretudo as dos espaços rurais. Garantindo o acesso das pessoas a programas e ações governamentais de geração de renda, de estímulo a produção e/ou de compensação de perda; possibilitando o acesso à água de qualidade, capacitando os agricultores ao desenvolvimento de suas atividades e implementando uma política agrária de fortalecimento da agricultura familiar, a secretaria pode contribuir grandemente para a emancipação dos sujeitos sociais qualquer que seja a sua condição ou dependência política, desde que suas ações não se assentem sobre interesses individualistas e partidários, sejam bem planejadas e estejam fundamentadas sob a ótica da sustentabilidade socioeconômica e ambiental, longe de qualquer caráter imediatista.

A participação da secretaria nas assembleias das comunidades e dos sindicatos rurais é essencial para que se discutam os problemas e para as soluções sejam construídas por meio da troca de informações e de experiências. De fato, é preciso dar espaço para que os sujeitos sociais falem, reivindiquem e formulem práticas de convivência com a região e de redirecionamento da relação Estado/sociedade civil, sempre que necessário. É preciso também ter cuidado para que as vontades políticas que administram a secretaria não reproduzam políticas assistencialistas que gerem a dependência política ou que faça distinção no atendimento às pessoas. A assistência do Estado à sociedade independe do posicionamento partidário das pessoas.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DA PARAÍBA - EMATER/PB

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER²⁸, no Alto Sertão Paraibano, define como meta de trabalho contribuir para a melhoria das condições de vida no meio rural e para o desenvolvimento da produção agrícola e da atividade pecuarista na região, através da coordenação e execução de programas de assistência técnica e extensão rural. A sua proposta de trabalho se afina com os princípios e diretrizes que orientam a Política Nacional de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), ou seja, a extensão rural como um processo educativo de difusão e compartilhamento de conhecimentos e técnicas que possibilitem a formação de saberes múltiplos. Nesse processo, torna-se imprescindível considerar a existência dos saberes locais historicamente produzidos e herdados das gerações passadas pelos sujeitos do campo do tempo presente. Quando esses saberes instituem práticas de produção agrícola que ameaçam a vitalidade do meio natural é possível reavaliá-los e promover um redimensionamento de concepções dentro dos momentos de formação e capacitação com os agentes sociais do campo.

Mas, ao se observar as ações empreendidas pela EMATER no Alto Sertão Paraibano, constata-se que, com frequência, se verifica a legitimação de práticas insustentáveis, como o uso de agrotóxicos e as queimadas, por exemplo, que põem em xeque o conceito de sustentabilidade que a instituição defende. A ideia do desenvolvimento sustentável se apresenta no discurso dessa instituição permeada de uma lógica desenvolvimentista que tenta inserir o campo dentro do jogo econômico do mercado capitalista. Quando nos seus objetivos institucionais se afirma a necessidade de “estimular a utilização de tecnologias que viabilizem a agricultura familiar, utilizando sistemas de produção competitivos” e “promover estratégias de desenvolvimento sustentável, competitivo e integrado ao meio rural” fica clara a pretensão de que os agentes sociais do campo reproduzam práticas capitalistas a fim de responder positivamente não somente aos seus anseios de acúmulo de capital, mas também as demandas de crescimento da economia nacional.

Em 2008, agricultores e pecuaristas de onze municípios²⁹ do Alto Sertão Paraibano foram assistidos pela EMATER, com assistência técnica no âmbito da agricultura³⁰; da fruticultura³¹ e da pecuária³². A meta

²⁸ A EMATER-PB é vinculada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP. “É uma empresa pública de direito privado, de fins não econômicos, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com recursos repassados pelo Estado, regida por seus estatutos, seu regulamento geral, normas internas e pela legislação em vigor com prazo de duração indeterminado.” (Folder de divulgação da instituição. s/d. s/p)

²⁹ Cajazeiras, Bom Jesus, Cachoeira dos Índios, São João do Rio do Peixe, Santa Helena, Poço José de Moura, Bernadino Batista, São José de Piranhas, Carrapateira, Monte Horebe e Bonito de Santa fé

³⁰ Produção de milho, feijão, arroz, mandioca, algodão e mamona.

era assistir 3.491 pessoas, mas só foi possível atender a 3.174. O motivo: a quantidade de técnicos insuficiente para atender a demanda. Dos R\$ 9.481.760,00 estimados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF para a região apenas R\$ 2.328.596,61 foram investidos em 840 projetos. E dos R\$ 750.000 oriundos do Fundo Nacional de Investimento para o Nordeste um total de R\$ 677.168,00 foi investido em 31 projetos³³. Quando questionados os técnicos da EMATER argumentaram que faltavam projetos e que muitos dos que foram apresentados foram recusados ou por causa de inadimplência ou por ensejarem a repetição de investimento. Fica clara a fragilidade no nível de consciência e de organização de parte da sociedade civil no sentido de cumprir com seus deveres e de formular projetos e ações que incidam positivamente sobre sua própria realidade. Ao mesmo torna-se questionável o alcance dos processos de formação e capacitação que essa e as outras instituições pesquisadas; até que ponto esses processos contribuem efetivamente para a formação de cidadãos autônomos e conscientes capazes de pensar a sua realidade social e fazer inferências expressivas sobre ela.

CONCLUSÕES

A atuação individual e/ou conjunta das várias organizações não-governamentais pesquisadas mostrou-se relevante no propósito de promover as transformações necessárias ao contexto socioeconômico do Semiárido Brasileiro. Busca-se, através da elaboração de projetos e de sua execução, abrir caminhos para solucionar o problema da falta de água; das deficiências do sistema educacional e do acesso e uso dos recursos naturais; bem como, da geração de trabalho e renda, para amenizar a falta de planejamento da produção, a resistência e insensibilidade de alguns representantes do Poder Público frente à realidade e outros impasses da vida nessa região. As ações oriundas da própria sociedade civil organizada, como se viu, imprimem uma imagem otimista que valoriza as potencialidades dessa região e apontam para a ideia de que urge derrubar as cercas que impedem o protagonismo e a autonomia de seus habitantes. Essa percepção surge como necessária uma vez que “[...] a convivência com o Semiárido brasileiro deverá ser fruto, ao mesmo tempo, de transformações culturais, de iniciativas inovadoras e da derrota e substituição das elites que impedem que essa região seja um espaço adequado para a vida humana” (ÁGUA DE CHUVA: 2001, p.08).

Embora hajam alguns pontos que são comuns, os problemas que afetam as populações nos espaços rurais e urbanos do Semiárido Brasileiro são múltiplos e bem específicos em cada realidade. Essas especificidades também exigem tratamento e medidas ímpares segundo as necessidades que emergem em cada contexto. Neste sentido, a solução encontrada para um problema de um determinado grupo social nem sempre pode tornar-se uma medida universal, sobretudo quando as características culturais específicas desses grupos são, de certo modo, abaladas.

Para amenizar esses problemas é preciso fomentar a elaboração e execução de políticas públicas, com gestão compartilhada, que atendam à demanda da população; bem como, organizar e fortalecer os diversos organismos da sociedade civil que lutam pela aquisição de recursos para a melhoria das condições de vida e pela afirmação dos direitos das pessoas, uma vez que o discurso de vitimização da seca já não se apresenta como justificativa plausível para os impasses que afetam a população do Semiárido Brasileiro.

É necessário considerar, ainda, que além das tecnologias sociais as políticas públicas devem ter como determinante a multiplicidade de campos de abrangência, inclusive o da educação. A escola é um espaço de transmissão e aquisição de conhecimentos já definidos pela comunidade científica, mas é também um campo de socialização de indivíduos e de produção de novos saberes. As experiências vivenciadas no espaço escolar estimulam nos alunos e professores um olhar mais crítico de seu entorno, o que os possibilita intervir com mais veemência nas questões sociais de seu tempo. Com vista para essas ideias as instituições escolares precisam trabalhar, principalmente com a discussão de temas que tenham alguma relação com aquilo que os alunos vivenciam no seu dia-a-dia. No caso do Semiárido as práticas pedagógicas e a estrutura curricular também devem estar pautadas no princípio da convivência: “A Educação para Convivência com o Semiárido passa a ser, então, uma importante bandeira de luta e é obviamente composta de diversas interpretações que no conjunto, se constituem em uma nova proposta de desenvolvimento, de escola, de sociedade” (Souza: 2005, p.26). É preciso saber relacionar realidade e conhecimento.

Outra constatação se refere à inserção dos setores populares nas esferas de decisão que, se por um lado, é colocada como um pressuposto para a satisfatória execução das políticas públicas, alterando a “engenharia institucional” e a correlação de forças entre os atores envolvidos, e favorecendo resistências, conflitos e pressões nos processos de elaboração, execução, gestão e controle das políticas públicas, por outro lado, a experiência revela que a vivência de novas relações de poder só se registra onde há o controle

³¹ Produção de banana, coco, goiaba, caju e manga.

³² Bovinocultura de leite/corte: 2.120 criadores e 39.480 cabeças / Caprinocultura: 304 criadores e 4.358 cabeças / Ovinocultura: 424 criadores e 7.494 cabeças / Avicultura: 415 criadores e 22.409 cabeças / Apicultura: 58 criadores e 136 apiários / Piscicultura: 4 viveiros.

³³ Os dados apresentados neste parágrafo foram informados por técnicos da EMATER de Cajazeiras – PB.

social, o qual traz estreita relação com a ideia da constituição de uma esfera pública democrática que possibilite o exercício de novas relações entre a sociedade e o governo.

A ideia básica reside na possibilidade dos grupos organizados influírem e decidirem sobre o tipo de sociedade e de ação governamental necessários ao bem estar da coletividade, além de manter mecanismos de avaliação das ações governamentais. Isso supõe a institucionalização de instrumentos de controle do setor público pela sociedade, garantindo, (...) a fiscalização não somente da parte do orçamento (...), mas também a definição de prioridades e estratégias de ação, a localização de serviços, etc. (ANDRADE, 2004, p. 234).

O controle social aparece, portanto, como mudança da postura autoritária, herança de uma história marcada pelos desmandos políticos, sinalizando para práticas institucionais deliberativas e de maior representatividade da população.

O Estado, ao ceder espaço para segmentos populares, permite uma forma de participação pública ampliada. No entanto, esse espaço não tem sido bem utilizado devido à precariedade do movimento associativista, à resistência dos setores organizados e à interferência de interesses políticos-partidários no interior dos fóruns institucionalmente constituídos para a elaboração das políticas públicas, barrando a dinamização dos mesmos.

O discurso da convivência com o Semiárido Brasileiro se configura como um entre vários olhares sobre a região semiárida, pois, sendo (re) elaborado no cotidiano de quem comunga da sua forma de compreensão da realidade e na medida em que os desafios vão se impondo frente às ações desenvolvidas pelas instituições que o defendem – vão sempre suscitando novas reflexões e exigindo a busca por novas soluções que respondam, mesmo que em parte, às necessidades socioeconômicas da região. Se por um lado essa dinâmica pode fortalecer esse discurso, por outro não se pode desconsiderar as possibilidades iminentes de processos de (re) elaboração do mesmo, uma vez que há dissonâncias ideológicas entre as instituições que lhe dão poder. O fato é que nesses processos, os enunciados discursivos que instituem a ideia de convivência correm o risco de se fragmentarem, contribuindo para o enfraquecimento dessa ideia nas relações de poder. Daí a importância de continuidade da pesquisa no sentido de investigar como lideranças do Alto Sertão Paraibano (dirigentes sindicais, representantes de ONGs e movimentos sociais, etc.) compreendem as relações de poder/saber que permeiam a elaboração, a execução e a gestão das políticas públicas analisadas e como se identificam e se posicionam nestas relações.

AGRADECIMENTO

Ao CNPq pela concessão da bolsa de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Água de chuva: o segredo da convivência com o Semiárido Brasileiro. Cáritas Brasileira/ Comissão Pastoral da Terra/Fian-Brasil. São Paulo: Paulinas, 2001.
- ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. **Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local?** In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M.; CAZELLA, A. A. Políticas Públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 233-250.
- ASA. **Quem Somos**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br>, acesso: 20 de janeiro de 2009.
- _____. **Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br>. Acesso: 20 de janeiro de 2009.
- _____. **Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Uma Terra e Duas Águas (P1+2)**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br>. Acesso: 20 de janeiro de 2009.
- _____. **Vamos nos mobilizar**. Recife: ASA, 2005.
- _____. **Declaração do Semiárido**. Recife: 1999.
- BECKER, Dinizar Fermino (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- Brasil: **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília/CONSEA: 2006.
- Brasil: **Decreto Nº 807, de 22 de abril de 1993**. In: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>
- CARVALHO, Luzineide Dourado. A emergência da lógica da “convivência com o Semiárido” e a construção de uma nova territorialidade. In: **Educação para a convivência com o Semiárido: reflexões teórico-práticas**. Juazeiro: Secretaria da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro, 2004. P. 13-27.
- Paraíba. **Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS**. Informativo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Ano I – nº 2. João Pessoa-PB: 2008.
- Cajazeiras. **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS**. Ata de Reunião de 2004. Cajazeiras-PB: 2004.
- Cajazeiras. **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS**. Ata de Reunião de 2008. Cajazeiras-PB: 2008.

CONSEA. **Relatório Final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Fortaleza-CE:2007.

CPT-SERTÃO. **Relatório Anual de Atividades de 2007**. Cajazeiras-PB: 2007.

_____. **Relatório Anual de Atividades de 2006**. Cajazeiras-PB: 2006.

_____. **Relatório Anual de Atividades de 2005**. Cajazeiras-PB: 2005.

DANTAS, Aloísio de Medeiros. **Sobressaltos do Discurso**: Algumas aproximações da análise de discurso. Campina Grande-PB: EDUFPG, 2007).

Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte. **Bancos comunitários de sementes**. EMPARN. – Natal, RN, 2006. – (Série Circuito de Tecnologias para a Agricultura Familiar; v.2)

FÓRUM NORDESTE. **Ações Permanentes para o desenvolvimento do Nordeste Semiárido brasileiro**: propostas da sociedade civil. Recife, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1999.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos & duelos. São Carlos: Editora Clara Luz, 2006.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido**: uma visão holística. 1.ed. Brasília: Confea, 2007. 140p. – (Pensar Brasil).

MAZIÈRE, Francine. **A Análise do Discurso**: história e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ORLANDI, Eni Puccineli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6.ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2005.

_____. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: 1996.

ORLANDI, Eni Puccineli. RODRIGUES, Suzy Lagazzi (orgs). **Discurso e Textualidade**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2006.

PASPP (Programa de Ação Social de Políticas Públicas da Diocese de Cajazeiras). **Relatório Anual de Atividades de 2007**. Cajazeiras-PB: 2007.

_____. Relatório Anual de Atividades de 2006. Cajazeiras-PB: 2006.

RESAB. Disponível em: http://www.resab.org/biblioteca_virtual.html, acesso: 20 de janeiro de 2009.

_____. **Declaração Final**. I Conferência Nacional para a Convivência com o Semiárido. Disponível em: www.moc.org.br/ acesso em: 20 de Janeiro de 2009.

REDE ÁGUA. Relatório de Reunião da Rede Água do Alto Sertão/PB: Cajazeiras-PB: 2003

_____. **Relatório do III Encontro Micro-Reginal da Rede Água do Alto Sertão Paraibano - Desenvolvimento Territorial e Perspectiva de Convivência com o Semiárido**. Cajazeiras-PB: 2004.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida-PB. **Bancos de Sementes Comunitários**: 2004.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de. REIS, Edmerson dos Santos (org). *Educação para a convivência com o Semiárido: reencantando a educação com base nas experiências de Canudos, Uauá e Curaçá*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

SOUZA, Ivânia Freitas de. **A gestão do currículo escolar para o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido Brasileiro**. São Paulo: Peirópolis, 2005